

CONCLUSÃO

A idéia central conduzida por esta análise foi a de buscar qualificar a pluralidade cultural frente às lutas por igualdade substantiva no interior da sociedade capitalista. A potencialidade contida nos movimentos e reivindicações em torno da pluralidade cultural adquire relevância se vinculada às determinações estruturais objetivas da sociedade que estão fundamentadas em condições de classe e de uma profunda desigualdade social.

A negação do pluralismo deixou registros indeléveis na história da humanidade que resultaram em regimes políticos totalitários cujos exemplos mais contundentes foram os nazi-fascismos e o “socialismo real”. Mas o capitalismo em sua fase global constitui-se como um sistema cuja capacidade de conviver com a multiplicidade de identidades e diferenças culturais, encaminhando soluções condizentes para suas necessidades, reivindicações e conflitos, não passa dos discursos evasivos e das práticas assimilacionistas.

Freqüentemente, as forças sociais do capital estimulam a pluralidade de culturas, de identidades e de diferenças como uma afirmação incontrolada das manifestações corporativistas, particulares e privatistas, sem impingir-lhes uma direção coletiva, o que esvazia as conquistas democráticas, dispersa as forças sociais e reduz a capacidade de intervenção dos sujeitos coletivos e individuais. Isso tem sido reforçado por concepções que evocam a pós-modernidade de identidades sempre fluidas, descentradas e avessas a qualquer projeto unificado de vida.

O problema é que essas concepções pouco fundamentam suas pesquisas e análises nas forças e determinações que produzem o movimento da realidade histórico-social. Decorrente disso, constituem um arcabouço conceitual que não só se distancia da capacidade de formular sínteses significativas entre determinações estruturais e movimentos conjunturais, como também é capturado pelo capital, que, conforme demonstra Wood (2003), não tem nenhuma rejeição à incorporação das identidades e diferenças culturais. Sua capacidade de reforçar movimentos emancipatórios torna-se restrita porque essa incorporação tende a oscilar em dois sentidos: fragmentar as subjetividades e coletividades incessantemente e homogeneizar as relações sociais de acordo com padrões de eficiência, competitividade e lucratividade.

O esforço de análise aqui expressa buscou desenvolver de maneira dialética as determinações estruturais e o movimento conjuntural, bem como estabelecer as mediações orgânicas necessárias que possibilitem constituir uma crítica de questões teóricas, mas também de ordem ética e política. Essa crítica pretende contribuir para a reflexão sobre os processos de transformação social.

É nessa perspectiva que a compreensão da pluralidade de culturas, de identidades e de diferenças se desenvolve a partir do eixo das lutas por igualdade substantiva. Somente a partir das condições de igualdade nas relações sociais pode-se potencializar a pluralidade como a plena construção de contextos de criação cultural, de formação identitária e de produção das diferenças.

O aprofundamento das desigualdades do sistema do capital constitui-se num empecilho para a construção do pluralismo de culturas, de identidades e de diferenças. Reforçar as lutas pela igualdade substantiva se apresenta como uma estratégia essencial para que os movimentos relativos à etnia, gênero, opção sexual e outros possam evitar que as especificidades de suas propostas inclinem-se ao isolamento e às distorções ideológicas produzidas por visões reducionistas da realidade.

No movimento de reforço à igualdade substantiva, o trabalho emerge como a dimensão humana impulsionadora do pluralismo. Isso porque, apesar da tendência do capital em promover fragmentações e homogeneizações, o trabalho enquanto forma do homem produzir-se historicamente revela-se como um elemento capaz de superar os contextos subalternizantes existentes na sociedade capitalista pela valorização da dimensão criativa do humano em seus processos de individualização.

Significa dizer que, pelo trabalho, estabelecem-se as possibilidades de se abordar o pluralismo como uma dimensão da criação de cultura, da formação identitária, da produção de diferenças. E, nessa construção do pluralismo de culturas, de identidades e de diferenças, torna-se possível captar as experiências subjetivas e coletivas que permitem aos sujeitos individualizar seus interesses, compartilhar decisões e interpretar o mundo.

Pluralismo e diferença implicam individualização. Essa individualização ocorre com base nos conflitos sociais, nas relações de poder e na correlação de forças que se sustentam nas formas de dominação, concentração e centralização do capital e em seus mecanismos de exclusão.

A percepção da individualização nesse contexto evita sua idealização como um processo em que os indivíduos se constituem sem relação com os contextos socioeconômicos e culturais. Ao mesmo tempo, assinala que a individualização se manifesta como uma resposta não apenas a conflitos imediatos, a poderes específicos e a forças conjunturais, mas se referem às determinações econômicas, políticas e ideológicas presentes na estrutura da sociedade capitalista. Por isso, seus interesses, decisões e concepções podem assumir um sentido mais abrangente relativo às questões de justiça. Nesse sentido, podem contribuir para a construção de um projeto de transformação social voltado para a superação das condições de desigualdade socioeconômica e das relações assimétricas que envolvem as experiências culturais de sujeitos coletivos e individuais.

Como resultado de um processo de desenvolvimento cuja característica central sempre foi a desigualdade, a conduta da escola pública brasileira se pautou pela supressão do pluralismo, logo, inibiu os processos de individualização que enriquecem a criação cultural, a formação de identidades e a produção das diferenças. Sua trajetória autoritária, clientelista e privatista expressa a construção ideológica que a elite forjou para a política educacional.

As exigências de formação crítica, reflexiva e participativa com que a ideologia da globalização pressiona os sujeitos para uma adaptação às transformações tecnológicas esvaziam-se na prática, pois a escola pública continua legitimando o caráter compensatório e assistencialista das políticas de Estado. Sem o encaminhamento de políticas educacionais na direção da garantia na igualdade das relações sociais, a escola pública absorve os movimentos e reivindicações pela pluralidade de uma forma improvisada, longe de produzir uma relação pedagógica com as culturas, as individualidades e suas diferenças.

Na sociedade capitalista periférica e dependente brasileira, a escola pública vem promovendo mediações que preservam os processos ideológicos de dominação do capital na medida em que se apresenta aos trabalhadores como a instituição que os adequa ao mercado globalizado, contribuindo para fortalecer suas expectativas em torno da ascensão social. Ocorre que tal perspectiva já não acoberta os limites e contradições que acentuam os mecanismos de exclusão e de violência que atingem a escola pública.

Esses limites e contradições expressam para a escola pública a necessidade de estabelecer mediações que possam fortalecer uma correlação de forças favorável à contra-hegemonia dos trabalhadores. Isso implica tentar superar as formas que negam as condições de igualdade nas relações sociais que atravessam a escola e, conseqüentemente, inibem a pluralidade de culturas, de identidades e de diferenças.

O prevalecimento da igualdade nas condições sociais e do pluralismo e da diferença nos processos de individualização só pode ser plenamente alcançado com a constituição de uma sociedade socialista e democrática. Mas as bases para essa constituição se constroem mediante uma crítica das contradições na sociedade capitalista e da capacidade de viabilizar propostas em torno de projetos pautados em valores de justiça.

A escola pública pode contribuir para o fortalecimento dessa construção na medida em que o trabalho se configura como princípio ordenador de suas finalidades pedagógicas num momento em que a sociedade está centrada no conhecimento. Significa dizer que as finalidades da escola estão voltadas para os processos de apropriação e reapropriação do conhecimento por parte dos educandos.

Na gestão escolar, isso implica acolher as experiências individuais e coletivas de sujeitos que vão fomentando uma racionalidade democrática, para além da lógica competitiva, seletiva e excludente de mercado, através de sua progressiva participação consciente. A implantação dessa racionalidade democrática busca promover mudanças no processo pedagógico tanto em termos das condições de igualdade no desenvolvimento do trabalho escolar quanto em relação à valorização do pluralismo e da diferença na perspectiva de apreender as experiências subjetivas nos processos de individualização.

Em termos das condições de igualdade, o objetivo central é o de priorizar as atividades-fim em relação às atividades-meio como forma não só de melhorar a qualidade de ensino, mas como referência à apropriação e reapropriação do saber por parte da população e sua articulação com as reivindicações dos profissionais da educação. No que se refere à valorização do pluralismo e da diferença, a intenção é a de resgatar os processos de individualização frente às estruturas objetivas que alicerçam a sociedade capitalista de modo a romper com o

desrespeito, o não-reconhecimento e a dominação cultural através do diálogo, da socialização entre os membros da classe trabalhadora.

A construção da educação numa perspectiva socialista e democrática não se faz apenas por fora da escola, esperando que as contradições das forças produtivas no capitalismo conduzam num processo espontâneo e natural à superação de uma realidade cada vez mais excludente e violenta. Tampouco a atuação voluntarista de agentes educacionais por dentro da escola pode ser capaz de incutir uma disposição revolucionária em um contexto tão marcado pela negação, pela desesperança e pela apatia. O que se pode viabilizar nessa construção consiste na mobilização de forças para um embate contra-hegemônico no âmbito mesmo da materialidade que produz a exclusão e a violência.

Do ângulo da gestão da escola pública, isso significa aprofundar a organização ético-política dos sujeitos envolvidos em seu cotidiano e a consolidação dos recursos teóricos que permitam a fundamentação dos princípios, valores e propostas pedagógicas em torno da igualdade, da democracia e da solidariedade. Sem essa definição, a afirmação da pluralidade, das identidades e das diferenças pode restringir o sentido da participação, da autonomia, da qualidade e da aprendizagem aos pressupostos seletivos, competitivos e excludentes do mercado.

Na medida em que a gestão escolar potencializa a participação, a autonomia, a qualidade e a aprendizagem pelos princípios, valores e propostas de igualdade, de democracia e de solidariedade, suas finalidades pedagógicas se articulam com interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, confronta-se com a tradição clientelista, paternalista e autoritária da elite brasileira, que se aproxima de uma concepção reducionista de Estado, para perpetuar o mínimo em termos do direito à educação, ao conhecimento e à cultura.

A gestão da escola pública na direção exposta acima se configura como uma necessidade para a construção do Estado democrático. Nessa necessidade reside a possibilidade de o campo educacional contribuir para a ampliação do espaço público como um lugar da disputa de interesses, da negociação de conflitos e da construção orgânica de projetos de transformação social.

Como salientam autores como Oliveira (1998) e Frigotto (2003), a ampliação do espaço público constitui-se como ponto de partida para a construção de uma sociedade socialista e democrática. Mas as contradições e lutas que partem

dessa ampliação guardam muitas convicções e esperanças de que a invenção humana pode ir além das determinações da sociedade capitalista. Pode-se afirmar que dessas convicções e esperanças se fortalecem os sujeitos coletivos e individuais presentes no cotidiano da escola pública.